

Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo?  
Algumas reflexões sobre a criação do Instituto  
Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte  
Saul Estevam Fernandes\*

---

Resumo:

O presente trabalho visa analisar o motivo de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN); o papel que a instituição atribuía a si; seus interesses, as regras de produção e de entrada dos seus sócios; e, ainda, a relação estabelecida nos escritos entre os indivíduos e o grupo. Para tanto, nos baseamos no pensamento de Michel de Certeau (2008), Manuel Luís Salgado Guimarães (1988), Angela de Castro Gomes (1996; 2009) e na análise da Ata de Criação, no Estatuto e na primeira Edição da Revista do IHG-RN.

Palavras-chave: IHG-RN; escrita da história; questão de Grossos.

---

Abstract:

The present work aims to analyze the reason for creating the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), the role attributed to the institution itself, its interests, the rules of production and input of its members, and still, the relationship established in the writings of individuals and the group. For this we rely on the thought of Michel de Certeau (2008), Luis Salgado Manuel Guimarães (1988), Angela de Castro Gomes (1996, 2009) and analysis of the Act of Creation and the Statute and the first edition of the Journal of IHG-RN.

Keywords: IHG-RN; writing of history; Grossos Issues.

---

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Complexo Educacional Contemporâneo – Natal – RN.

Saul Estevam Fernandes

Em uma crônica intitulada Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), no jornal A Imprensa, de 7 de maio de 1924, Luís da Câmara Cascudo criticou a única instituição voltada à pesquisa em seu estado. Segundo ele:

Perto da Sé existe a Biblioteca Pública. É neste prédio que o Instituto Histórico e Geográfico se reúne... quando se reúne. A revista sai quando estamos encomendando as exéquias. Sinteticamente, como o Instituto, é nulo. Pessoalmente, cada sócio vale. Alguns, como o Dr. Nestor Lima, valem muito. A nulidade do Instituto cifra-se na abstenção à vida das sociedades congêneres.

Quatro ou cinco teses seríssimas de História atinentes ao próprio estado passam em branca nuvem pelo nosso agosto e único sodalício.

Ainda não li uma decisão decretada pelo Instituto para estudar este ou aquele problema. Na questão de Grossos foi o Instituto o detentor das glórias ou aqueles esforçados que "ex-officio" lutaram? O Instituto nada fez que desse impulso aos Srs. Tavares de Lyra, Meira e Sá, Vicente de Lemos e Antonio de Souza. Se algum trabalha, muito bem. Escreveu livro e falou da história, ótimo. O Instituto glorifica o denodado escrevendo o nome na ata etc.

O Instituto está vivendo de comemorações. Semelha estes velhos "acien regime" que vivem de olhar os retratos dos antepassados. (...) Há tempos levantou-se (em 1906, o Dr. Manoel Dantas) uma questão curiosíssima. O maior jornalista do século XIX, Hyppolyto Pereira Furtado de Mendonça que todos diziam ter nascido na Colônia do Sacramento nascera em Acari, na fazenda Sacramento. Era um conterrâneo.

E o Instituto, moita. Agora vai reunir-se. (...). Depois, dormirá até o dia 15 de junho de 2002 quando comemorará o centenário da primeira sessão ordinária.

Em um primeiro momento, as palavras de Câmara Cascudo causam estranheza caso não atentarmos à sua não participação naquele momento nas discussões do IHG-RN. Embora fosse conhecido, desde 1918, pelos seus escritos no jornal A Imprensa e das festas oferecidas à alta sociedade natalense em seu "principado no Tirol", Cascudo ainda não fazia parte da elite intelectual potiguar e da mais respeitada instituição de conhecimento da época no estado. Segundo Francisco Firmino Neto (2009, p.80), a

Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo...

vinculação ao IHG-RN só se deu em 1927, três anos após ter sido efetivado no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE), em 1924; e dois anos após ser posto nos quadros de sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHG-PE), em 1925.

Partindo desses pressupostos, suas palavras podem ser entendidas como ressentimento da não participação na roda dos eruditos de seu estado, mesmo tendo sido nesse período vinculado às instituições congêneres cearense e pernambucana. Por outro lado, as palavras de Cascudo são interessantes para pensarmos por quais motivos se deu a criação da instituição; qual o papel que a mesma atribuía a si; quais seus interesses; as regras de produção e de entrada dos seus sócios; e, ainda, a relação estabelecida nos escritos entre os indivíduos e o grupo.

Criado em 20 de março de 1902, o IHG-RN nasceu em um dos salões do Atheneu norte-rio-grandense, onde funcionava a Biblioteca Estadual. Na sua Ata de Criação fica claro o papel da instituição, logo em seguida reforçado em seu Estatuto. Nas palavras do Desembargador Vicente de Lemos, sua função era um encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos – estes colhidos em pacientes e constantes investigações – a verdade histórica da vida potiguar em qualquer sentido, promovendo todos os meios conducentes à realização desse desiderato. Seu Estatuto, aprovado um pouco mais de dois meses depois, apontaria qual seria a função da instituição: a de coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia do estado.

Embora não faça referência em sua Ata de Criação, a fundação do IHG-RN esteve diretamente relacionada à questão de limites contra o Ceará, retomada em 1894. A criação esteve vinculada, sobretudo, à necessidade do árbitro Coelho Rodrigues de apresentar provas no Tribunal Arbitral em favor do RN. Não à toa, o Instituto foi criado no mesmo dia da assinatura do

acordo que iniciou um novo momento<sup>1</sup> do conflito. Observe-se ainda que esse ajuste já estava sendo preparado há um ano, assim como as pretensões dos intelectuais potiguares em criar uma instituição de cunho científico no estado.

Os interesses em criar o IHG-RN estavam também inteiramente ligados aos arranjos da política local, sobretudo, à família Albuquerque Maranhão. Esse agrupamento familiar tinha por fim produzir uma identidade e história norte-rio-grandense que a colocasse no centro dessa produção. Por isso, o grupo político teve uma grande importância na criação, no sustento financeiro e com a participação de seus componentes e seguidores na instituição. Na reunião inaugural essa situação fica muito clara, quando estiveram presentes diversos membros e correligionários da família, como o governador do estado, Alberto Maranhão, que justificou as ausências dos senadores Pedro Velho e Joaquim Ferreira Chaves e dos deputados federais Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Souza. Mesmo ausentes, os políticos solicitavam o aceite de seus nomes como sócios fundadores.

Logo em seguida, a mesma solicitação foi feita por Manuel Dantas com relação ao senador José Bernardo de Medeiros, que pertencia a outro agrupamento familiar que disputava prestígio e poder na política estadual com os Albuquerque Maranhão, conforme afirma os trabalhos de Almir Bueno (2002) e Renato Peixoto (2010). Logo, podemos analisar de que

---

<sup>1</sup> Com base em minha análise sobre a questão de limites entre Ceará e Rio Grande do Norte (FERNANDES, 2011), podemos dividir o litígio em duas fases: anterior à Proclamação da República e posterior a ela. A segunda fase ainda pode ser dividida em 4 momentos: O primeiro momento é desde a entrada no STF, em 1894, até a conclusão que não seria um conflito de jurisdição, em 1902; o segundo momento se refere ao período que o litígio se encontrava no Tribunal Arbitral, entre os meses de março e julho de 1902; o terceiro momento corresponde ao segundo semestre de 1902 e aos primeiros seis meses de 1903, quando o conflito chega ao Congresso Nacional por meio de um projeto de bancada cearense; o quarto e último diz respeito à retomada da Ação Cível Originária de nº 6 pelo STF, em 1903 até 1920, que eu ainda subdividi nos Acórdãos de 1908, 1915 e 1920.

maneira o político estava imbuído nos interesses da fundação da instituição. Além disso, o interesse dos políticos em participar, mesmo que de longe, do Instituto pode ser entendido pela visibilidade dada aos sócios ao serem chamados de homens de letras. Não à toa, a instituição não aceitaria, segundo seu regimento, qualquer indivíduo para fazer parte do seu quadro de sócios em suas quatro categorias: efetivos, honorários, correspondentes e eméritos.

O aceite para ser sócio efetivo, por exemplo, era condicionado a diversas exigências, tais como: morar na cidade do Natal ou em qualquer outra cidade que tivesse fácil acesso a ela; solicitação por escrito e assinatura de três sócios efetivos ratificadores, sendo o aceite garantido após votação e a conquista de pelo menos um terço dos sócios presentes; ter idade superior a 21 anos. No entanto, o que era mais importante para dar entrada na candidatura era ser considerado um cidadão de merecimento nas letras, ciências, indústrias ou artes, conforme apontava o Artigo nº 7 do seu Estatuto.

A distinção por merecimento estava ligada, sobretudo, ao mundo bacharelesco. Caso contrário, conforme garantia o Artigo nº 14, Letras b, os cidadãos, mesmo que não sendo homens de letras, poderiam provar que prestariam serviços relevantes ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo ou do museu do Instituto. Por esse meio, fica claro o intuito da instituição em garantir a entrada de verbas dos comerciantes que buscavam a distinção de ter o diploma de sócio/intelectual, mesmo que eles não estivessem ligados ao mundo da cultural letrada da maioria dos seus partícipes. Ainda havia dentro da instituição uma distinção e hierarquização entre os sócios. A Ata de Criação deixa isso muito bem exposto, como podemos analisar a seguir nos fragmentos em itálico:

reunidos os Doutores Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Salles Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manuel Dantas e Thomaz Landim, os Coronéis Pedro Soares e Joaquim Manuel Teixeira de Moura e o cidadão Veríssimo de Toledo, tomando a palavra o

Saul Estevam Fernandes

Desembargador Vicente de Lemos, disse que o fim da presente reunião era a fundação, nesta Capital, de um Instituto Histórico e Geográfico, que tomando o encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida Potiguar em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse desideratum. (...) pedindo e obtendo a palavra o Dr. Alberto Maranhão, disse estar autorizado a representar na presente reunião os Excelentíssimos Senadores Pedro Velho e Joaquim Ferreira Chaves e Deputados federais Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Souza, que, não podendo comparecer, aderiam, entretanto, a idéia e pediam sua inclusão no número de sócios fundadores. Declarações idênticas fizeram sucessivamente os Drs. Manuel Dantas, com relação ao excelentíssimo Senador José Bernardo, e Vicente de Lemos, com relação aos Drs. João Baptista de Siqueira Cavalcanti, José Theotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemeterio Raposo de Mello e Sergio Barreto, Capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos e cidadãos Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino.

Com base no que foi lavrado em sua Ata de Criação, os sócios fundadores do Instituto pertenceriam a três segmentos: doutores, coronéis/capitães e cidadãos. Com o intuito de facilitar a compreensão e sua ordem de importância, expressa até mesmo em número, percebe-se a divisão e hierarquizações dos nomes arrolados abaixo na TABELA 01:

Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo...

TABELA 1 - A DIVISÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES DO IHG-RG	
Doutores	1) Alberto Maranhão;
	2) Olympio Manuel dos Santos Vital;
	3) Francisco de Salles Meira e Sá;
	4) Vicente Simões Pereira de Lemos;
	5) Francisco Carlos Pinheiro da Camara;
	6) Francisco Pinto de Abreu;
	7) Luiz Manuel Fernandes Sobrinho;
	8) Manuel Dantas e Thomaz Landim;
	9) Pedro Velho;
	10) Joaquim Ferreira Chaves;
	11) Augusto Tavares de Lyra;
	12) Eloy de Souza;
	13) José Bernardo;
	14) João Baptista de Siqueira Cavalcanti;
	15) José Theotônio Freire;
	16) Manuel Moreira Dias;
	17) Antonio de Souza;
	18) Manuel Hemetrtio Raposo de Mello;
	19) Sergio Barreto.
Coronéis/Capitães	1) Pedro Soares;
	2) Joaquim Manuel Teixeira de Moura;
	3) João Avelino Pereira de Vasconcellos.
Cidadãos	1) Veríssimo de Toledo;
	2) Henrique Castriciano de Souza;
	3) Pedro Avelino.
Fonte: Autor (2012).	

A partir de uma análise da TABELA 01, fica claro que a procedência de grande parte dos sócios fundadores estava ligada ao mundo dos doutores. Sua maioria se compunha de bacharéis formados pela Faculdade de Direito de Recife, como era o caso de Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital e Manuel Dantas, por exemplo. No grupo dos doutores, somente três sócios não eram formado em Direito: o professor e diretor do Atheneu norte-rio-grandense, Francisco Pinto de Abreu; o médico e político Pedro Velho; e o industrial e primo do médico-político, Sergio Barreto, o único que não tinha frequentado Faculdade, mas era um importante comerciante da cidade. Por sua vez, no grupo dos Coronéis/Capitães, constava, a título de exemplo, o Inspetor da Milícia do estado Pedro Soares, bem como o fazendeiro Joaquim Manuel Teixeira de Moura. Nos cidadãos, incluía-se desde o jornalista Pedro Avelino, até mesmo Henrique Castriciano, ausente na criação por estar na capital federal, onde recebeu o diploma de Direito dois anos após a fundação do IHG-RN, vivendo as duas posições, a de cidadão e a de doutor.

A distinção desses homens que compartilhavam uma cultura historiográfica não dizia respeito somente à espacialidade potiguar, nem tampouco a essa temporalidade. O IHG-RN foi constituído a partir do modelo da capital federal. No Rio de Janeiro, havia sido criado desde meados do século XIX o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que influenciou posteriormente instituições congêneres nas províncias/estados. Segundo Manuel Luis Salgado Guimarães (1988, pp.5-6), os sócios dessas instituições devem ser considerados como eleitos a partir das relações sociais e produtores de uma identidade nacional vinculada ao poder central.

Na Primeira República, essa situação passaria por mudanças, havendo nos órgãos estaduais mais autonomia em criar suas identidades locais. Segundo Angela de Castro Gomes, (2009, p.13), se durante a monarquia tratava-se de fortalecer e legitimar um projeto político centralizado no estado e na Igreja, na república os compromissos foram outros. Nesse sentido, os projetos empregados pelas elites locais fomentavam a ideia de estado laico e federativo ligado às oligarquias.



Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo...

No caso do RN, grande parte dos heróis escolhidos para fazerem parte do panteão cívico estadual eram membros da família que comandava a política estadual – seja na imagem de André de Albuquerque Maranhão, sua participação e morte no Movimento de 1817 e a pretensa organização de um estado republicano; ou ainda a utilização de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, morto logo após a criação do Instituto nos céus de Paris ao tentar inventar uma máquina de voar. O que nos demonstra de que maneira a instituição era utilizada na constituição de uma boa imagem da família de Pedro Velho.

Ainda segundo Angela de Castro Gomes (1996, p.75), somente nas décadas de 1930 e 1940 é que instituições como o IHG-RN perderiam importância para outros meios de discussões historiográficas, como as revistas e os jornais. Em seu História e Historiadores, a autora retrata muito bem uma nova cultura política e historiográfica fomentada pelo governo varguista entre os homens de letras e seu métier com os estudos históricos sobre a nação por meio da Revista Cultura Política. Segundo Francisco Neto (2009, p.91), também no RN Câmara Cascudo utilizaria de periódicos como A República e Diário do Natal para legitimar suas análises sobre a história potiguar. Segundo essa análise, Cascudo teria ganhado tanta notoriedade que havia se transformado em um Instituto Histórico à parte. No entanto, em período anterior, o IHG-RN tinha importância, domínio e monopólio sobre a escrita da história e da geografia do estado.

Logo, concordar com a visão do ressentido Cascudo em 1924 é ignorar o jogo de forças e interesses entre diversos esforços e a visão do historiador que silenciou tantas outras análises anteriores à sua na época quando se constituiu em um Instituto à parte. Concordar com esse posicionamento é aceitar a nulidade dos projetos implementados pelos sócios em suas reuniões quinzenais. É anular o empenho de fundar a Instituição para servir como criadora de identidades, pesquisadora de fontes e produtora de conhecimento. Concordar com a visão de que a instituição como grupo é nula e que pessoalmente cada sócio valeu muito é ir contra a história do

Instituto, seu Estatuto e sua prática historiográfica durante o conflito territorial e mesmo depois dele.

Segundo Certeau (2008, pp.67-69), toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político ou cultural. O compartilhamento de uma cultura comum a esse grupo acabaria até mesmo com a individualidade da autoria. O nós dos autores remetem a uma convenção. Ele é uma encenação de um contrato social entre aqueles que partilham a instituição, tornando-se o indivíduo um sujeito plural. Essa generalidade edifica um lugar de fala articulado por esse discurso. O discurso individual volta a ser percebido como produção do grupo.

Com base nas assertivas de Certeau (2008, p.69), é impossível concordar com a perspectiva cascadiana de se entender o IHG-RN durante a chamada Questão de Grossos, sobretudo ao analisarmos a primeira edição de sua revista e o contrato estabelecido entre os sócios. Na sua primeira edição, em janeiro de 1903, na apresentação da revista, podemos observar um contrato que apagava a individualidade da autoria, conforme podemos analisar abaixo:

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma instituição entre nós que não deixasse perderem-se, no pó de velhos arquivos descuidados, documentos valiosos da história pátria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador; foi nessa certeza, sim, que um grupo de homens que se não desinteressam das coisas do espírito conseguiu fundar nesta Capital, em 29 de Março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que esta Revista representa na Imprensa.

Nestas páginas encontrarão os leitores tudo o que referente à geografia e à história do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida (...).

Certo, este primeiro número de nossa REVISTA terá a acolhida que merece o pensamento que a ditou, encontrando o Instituto em todos os que lhe possam ser úteis o auxílio indispensável para que dignamente figure entre as sociedades congêneres do País.

Após a sobredita apresentação do periódico, o primeiro artigo analítico da revista, "O Rio Grande do Norte antes da Conquista dos

Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo...

Portugueses”, foi publicado sem autoria, o que reforça ainda mais o contrato que tornava cada sujeito em plural, o indivíduo em grupo. Isso me faz chegar à conclusão de que houve o aceite e participação dos diversos intelectuais nesse pacto e no chamamento exposto já na epígrafe da revista. Por fim, ainda podemos inferir que, ao contrário do que defendeu o cronista d’A Imprensa, em 1924, o IHG-RN valeu muito por todo o seu conjunto, não dormiu à chamada Questão de Grossos, nem tampouco se recolheu ao sono profundo até 2002.

#### Bibliografia

- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1995)*. Natal: EDUFRN, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”. *A Imprensa*. Natal, 07/05/1924.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FIRMINO NETO, Francisco. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria*. Dissertação de Mestrado em História, UFRN, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Nação e civilizado nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1988, n. 1. pp.5-27.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Ata de criação*. Natal, 1902.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Estatuto*. Natal, 1902.

Saul Estevam Fernandes

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, 1903.  
PEIXOTO, Renato Amado. "Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX". Revista de História Regional. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2010, v. 15. pp.169-193.